



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo nº 126.059/04

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº  
2006/048.0

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE  
FAZEM ENTRE SI A CÂMARA DOS  
DEPUTADOS E A CAIXA ECONÔMICA  
FEDERAL, PARA PRESTAÇÃO DOS  
SERVIÇOS DE PAGAMENTOS  
DIVERSOS POR CONTA DE  
TERCEIROS.

Aos nove dias do mês de novembro de dois mil e seis, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada simplesmente CÂMARA, neste ato representada pelo seu Diretor-Geral, o senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília – DF, e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, com sede na cidade de Brasília-DF, sito a SBS Edifício CAIXA, 8º Andar, inscrita no CNPJ sob nº 00.360.305/0001-04, daqui por diante denominada CEF e neste ato representada por seu representante legal HERMÍNIO BASSO, brasileiro, residente e domiciliado em Brasília, portador do CPF nº 393.339.819-34, acordam em celebrar o presente Acordo de Cooperação, de acordo com as cláusulas e condições abaixo, e, no que couber, com as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21/06/93, doravante denominada simplesmente LEI, e no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa nº 80, de 07/06/01, publicado no D.O.U de 05/01/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Acordo tem por objeto a prestação, por parte da CEF, dos serviços de pagamentos diversos por conta de terceiros.

Parágrafo único – Faz parte integrante deste instrumento o contrato de prestação de serviços elaborado pela CEF, em anexo, destacando-se que prevalecem, em caso de divergência, as disposições constantes deste Acordo.



## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo terá âmbito nacional, sendo que a rede pagadora será composta de todas as agências on-line da CEF no país.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – PROVISÃO DOS RECURSOS**

A CÂMARA disponibilizará os recursos para os pagamentos, por meio de Ordem Bancária, de acordo com os prazos estabelecidos na Instrução Normativa nº 4, de 30/08/2004, da Secretaria do Tesouro Nacional.

## **CLÁUSULA QUARTA – DO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES**

A CÂMARA fornecerá a CEF os dados necessários ao cadastramento dos favorecidos e à efetivação dos pagamentos via intercâmbio de informações, conforme o leiaute dos arquivos fornecidos pela CEF.

Parágrafo primeiro – Os arquivos de pagamento serão remetidos a CEF, com antecedência mínima de três dias úteis, a contar da data prevista para o pagamento.

Parágrafo segundo - A CEF acatará eventuais solicitações de cancelamentos e substituições de arquivos de pagamentos, quando remetidos até quarenta e oito horas antes da data estabelecida para o pagamento, para as alterações que porventura venham a ocorrer.

Parágrafo terceiro - O meio de remessa e retorno dos arquivos serão sempre efetuados via sistema EDI da CEF do Brasil.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA OCORRÊNCIA DE FALHAS**

Fica estabelecido que, em caso de incorreção ou falha verificada na ordem bancária da folha de pagamento, acarretando a sua reemissão no dia seguinte, os recursos deverão ser provisionados pela CEF na mesma data prevista para o pagamento, não implicando seu adiamento.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO SERVIÇO DE PAGAMENTO**

Os pagamentos aos favorecidos serão efetuados nos exatos termos e valores constantes dos arquivos remetidos pela CÂMARA, excluídos os registros rejeitados.

Parágrafo primeiro – Não cabe a CEF qualquer responsabilidade por eventuais erros, omissões ou imperfeições existentes nos arquivos.



Parágrafo segundo – A CEF não assumirá o encargo da entrega de aviso de crédito, contra-cheque, declaração de rendimentos ou qualquer outro documento aos favorecidos da CÂMARA.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

O presente Acordo desonera quaisquer obrigações financeiras das partes signatárias no atendimento de suas cláusulas.

Parágrafo primeiro – Não haverá transferência de recursos financeiros entre as partes para a execução deste Acordo.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA, DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Acordo vigorará por prazo indeterminado, podendo ser denunciado de comum acordo entre as partes ou unilateralmente, por qualquer uma delas, mediante comunicação escrita, com antecedência de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único – O presente Acordo poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

### **CLÁUSULA NONA – DA MODIFICAÇÃO**

Este instrumento poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e disposições, exceto quanto ao seu objeto, mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que tal interesse seja manifestado por escrito pela parte interessada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos deste Acordo serão solucionados mediante entendimento entre as partes e formalizados em termos aditivos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO**

O presente Acordo deverá ser publicado pela Câmara dos Deputados, de forma resumida, no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da LEI, c/c ao parágrafo único do artigo 109 do REGULAMENTO.



**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal, em Brasília-DF, como sendo competente para dirimir dúvidas decorrentes deste Acordo com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim de acordo, as partes firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 4 (quatro) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília - DF, 09 de novembro de 2006.

Pela CÂMARA:

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida  
Diretor-Geral  
CPF nº 358.677.601-20

Pela CEF:

Hermínio Basso  
Representante Legal  
CPF nº 393.339.819-34

Testemunhas: 1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_